

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



História:

Tempo & Argumento 2


Ano 2022

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



História:

Tempo & Argumento 2

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



História: tempo & argumento 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Willian Douglas Guilherme

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: tempo & argumento 2 / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0474-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.743222707>

1. História. I. Guilherme, Willian Douglas (Organizador).
II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

O e-book “História Tempo & Argumento 2” dá continuidade ao primeiro volume, e mantém a pegada inovadora dos artigos.

No contexto da Guerra dos Emboabas, Silva Pinto analisa a o líder dos forasteiros Manuel Nunes Viana, eleito “Governador das Minas” em dezembro de 1708. O autor registra uma visão crítica e bem elaborada que merece atenção daqueles que gostam da história do Brasil e quem pesquisa a temática.

Anicheski e Martins analisam o papel da mulher escravizada nos séculos XVIII e XIX, o papel ativo destas mulheres na economia, destacando as “vendedoras ambulantes, quitadeiras, negras de tabuleiro, escravas de ganho”. É um estudo relevante e atual

Bezerra demonstra a importância da Memória Institucional como “ferramenta estratégica de gestão e comunicação organizacional” e como a ausência de um Centro de Memória do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão. São apontamentos que transcendem o Estado do Maranhão, pois o conceito entorno da preservação da memória institucional pode ser pensado em todo o território brasileiro.

Laroca e Martins trazem uma pesquisa intrigante relacionada a prática de degredo, entre os séculos XVI e XIX, que era a pena aplicada pela Igreja Católica e Estado português para punir criminosos e pecadores banindo-os, ainda que temporariamente, para o além-mar, com destaque àqueles vindos para o Brasil.

O texto de Silva revive os relatos do viajante AIMÉ BONPLAND, que no século XIX transcreveu em seus diários a sua visão da natureza no continente da América do Sul. Em suas viagens Bonpland catalogou diversas espécies de plantas até então desconhecidas da sociedade europeia. É uma verdadeira viagem no tempo que vale a pena a leitura.

Uma ótima leitura a todos!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| MANUEL NUNES VIANA: O “RESTAURADOR” DAS MINAS Thiago da Silva Pinto  https://doi.org/10.22533/at.ed.7432227071 | |
| CAPÍTULO 2 | 11 |
| MULHERES, ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA NO BRASIL, SÉCULOS XVIII E XIX Sabrina de Almeida Anicheski Valter Martins  https://doi.org/10.22533/at.ed.7432227072 | |
| CAPÍTULO 3 | 26 |
| OS INDESEJADOS: DEGREDO PARA AS TERRAS DO BRASIL, SÉCULOS XVI AO XIX Lucas William Barbosa Laroça Valter Martins  https://doi.org/10.22533/at.ed.7432227073 | |
| CAPÍTULO 4 | 43 |
| PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE MEMÓRIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO MARANHÃO Diego Alcindo Pereira Bezerra Daiane Araujo Avelino Bezerra  https://doi.org/10.22533/at.ed.7432227074 | |
| CAPÍTULO 5 | 61 |
| A NATUREZA A PARTIR DOS RELATOS DE VIAGEM DE AIMÉ BONPLAND Alessandra da Silva  https://doi.org/10.22533/at.ed.7432227075 | |
| SOBRE O ORGANIZADOR | 72 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 73 |

CAPÍTULO 2

MULHERES, ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA NO BRASIL, SÉCULOS XVIII E XIX

Data de aceite: 04/07/2022

Sabrina de Almeida Anicheski

UNICENTRO – IRATI/PR – DEHIS
<http://lattes.cnpq.br/6439714092752593>

Valter Martins

UNICENTRO-IRATI/PR - DEHIS
<http://lattes.cnpq.br/6266346750008252>

RESUMO: Este trabalho analisa experiências e práticas de resistência de mulheres negras escravizadas e libertas a partir de suas lutas cotidianas nas vilas e cidades brasileiras nos séculos XVIII e XIX. Tais lutas e vivências são apreendidas pelas táticas e relações sociais construídas em seu trabalho, especialmente no pequeno comércio de abastecimento de alimentos como vendedoras ambulantes, quitadeiras, negras de tabuleiro e escravas de ganho. Mulheres que tiveram papéis econômicos ativos na sociedade escravista.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Negras; Comércio Urbano; Abastecimento Alimentar; Resistência.

WOMEN, SLAVERY AND RESISTANCE IN BRAZIL, 18TH AND 19TH CENTURIES

ABSTRACT: This work analyzes experiences and resistance practices of enslaved and freed black women from their daily struggles in Brazilian towns and cities in the 18th and 19th centuries. Such struggles and experiences are apprehended by tactics and social relationships

built in her work, specially in the small food supply trade as street vendors and greengrocers. Women who had active economic roles in slave society.

KEYWORDS: Black Women; Urban Commerce; Food Supply; Resistance.

1 | INTRODUÇÃO

Durante o processo histórico brasileiro alguns temas merecem especial consideração por serem significativos em diversas esferas na sociedade. O período escravista é um deles com desdobramentos no Brasil contemporâneo. A formação da sociedade brasileira ocorreu com grande violência. A exploração da mão de obra do escravizado e do tráfico negreiro proporcionaram grandes lucros para a coroa portuguesa e “empreendedores” particulares. Diante desse contexto que durou quatro séculos, é importante refletir sobre aspectos da vida das mulheres negras.

As mulheres africanas sofreram inúmeras perdas quando foram submetidas a fazer a travessia transatlântica. Perderam sua individualidade, suas histórias, sua família e seus bens, levando consigo, no entanto, sua cultura e seus saberes. Após a travessia foram vendidas como mercadorias, trabalhavam em condições precárias, eram submetidas a maus-tratos e a violência do sistema escravista. Para sobreviver à nova realidade, essas mulheres se adaptaram ao ambiente em que viviam, o que

delas exigiu força, inteligência, rebeldia e resistência.

O período escravista tinha sua estrutura social pautada na condição dos indivíduos que eram separados por cor e gênero. As mulheres negras sofreram as consequências dessa diferenciação social. As considerações de Maria da Penha Silva (2010), permitem apreender a situação feminina na sociedade escravista.

Inseridos nesse contexto estão as mulheres negras escravas que, sem dúvida estavam colocadas em um nível social inferior, tanto por ser mulher, como por ser negra e, também escrava. Ser mulher e ser escrava dentro de uma sociedade extremamente preconceituosa, opressora e sexista, é reunir todos os elementos favoráveis a exploração, tanto econômica quanto sexual, e também ser alvo de humilhação da sociedade nos seus diferentes segmentos. (SILVA, 2010, p. 03)

As mulheres negras escravizadas e mesmo as libertas eram atingidas de forma negativa cotidianamente, o que constituiu fator decisivo para definir a exploração e a opressão feminina. No entanto, mesmo sob condições adversas, muitas mulheres foram habilidosas o suficiente para atuarem ativamente no meio em que estavam inseridas, de tal maneira que remodelaram atos culturais, simbólicos, sociais e religiosos.

Falar sobre a presença histórica da mulher negra no Brasil, recontando sua trajetória e revelando aspectos menos conhecidos de seu cotidiano, longe de ser vista como mero objeto, viabiliza seu papel enquanto sujeito ativo. Desta forma, se reforçam os valores femininos e se critica a construção do feminino idealizado pelo patriarcado, ou seja, a ideia de um ser subordinado social e afetivamente, um ser invisível ou de participação secundária na história.

Segundo Michelle Perrot (2007), o universo patriarcal, de forma geral, espera do universo feminino uma concepção baseada no silêncio legitimando uma natureza de passividade advinda das mulheres. Nesse sentido, Perrot provoca e instiga a construção de novos olhares e perspectivas sobre o papel das mulheres. Dentre as razões apresentadas para a invisibilidade histórica das mulheres, a historiadora afirma que “o silêncio mais profundo é o silêncio do relato”, pois é dominado pelo elitismo político, econômico e social masculino, no qual se aborda somente a história das rainhas ou heroínas: “é preciso ser piedosa ou escandalosa para existir”, e ainda de forma estereotipada e generalizada. (PERROT, 2007, p. 17-18).

Conforme pensa Maria da Penha Silva:

Partindo dessas análises precisamos entender que as experiências das mulheres negras escravizadas devem ser levadas em conta na hora de escrever a história da escravidão e do próprio país, pois o conhecimento de suas experiências, suas estratégias de sobrevivência e de mobilidade social, não apenas permite que a história das mulheres seja vislumbrada num aspecto mais amplo, como torna possível uma revisão crítica da escrita histórica. (SILVA, 2010, p. 02).

O sonho da liberdade moveu o entusiasmo na árdua luta cotidiana dessas mulheres

que aproveitaram as pequenas brechas nas leis, as poucas vantagens do dia-a-dia, nas relações sociais ou no trabalho, para criar oportunidades de emancipação. A liberdade estava em tortuosos caminhos, no trabalho, nas fugas, revoltas ou em circunstâncias menos evidentes.

As mulheres negras foram marginalizadas e esquecidas na sociedade brasileira. Mesmo após alcançar a liberdade, continuavam estigmatizadas em virtude da cor de sua pele e seu gênero, o que dificultava conquistar um lugar social mais favorável.

De acordo com Sheila de Castro Faria (2000), a estigmatização da mulher negra é resultado do modelo de exploração e do preconceito. Não importavam os esforços sociais do indivíduo. Em consequência desses estigmas as mulheres negras não tinham a oportunidade de pertencer ao espaço social, mesmo nele presentes o tempo todo e ajudando a construí-lo.

A pobreza era o que esperava os homens e mulheres alforriados. Partia do pressuposto, segundo argumento de vários trabalhos, que as alforrias eram onerosas para os escravos. Ao passar anos juntando o necessário para sua libertação, o resultado mais evidente seria entrar na sociedade livre sem pecúlio algum, além da carga social estigmatizante. A pobreza, portanto, seria dupla. Dificilmente, concluí, o alforriado teria chances de enriquecimento ou de adquirir algum tipo de *status* social. Realmente, o *status* social eu não pude detectar, mas a possibilidade de enriquecimento foi possível. (FARIA, 2000, p. 70).

A partir dessas ideias, a presente pesquisa segue o recorte temático da participação da mulher negra nas dimensões do trabalho urbano e da mobilização acerca das relações de resistência e experiências diversas para conquistar espaços nas cidades e vilas brasileiras durante os séculos XVIII e XIX, especialmente daquelas que exerciam as atividades do pequeno comércio ambulante de alimentos em geral e artigos diversos.

2 | REBULIÇÃO NA CIDADE: QUITANDEIRAS, CONFLITOS E QUITUTES

Ao se considerar as ações de resistência das mulheres negras pela perspectiva do comércio de abastecimento alimentar, se observam também transformações sócio econômicas e culturais. Com o desenvolvimento da economia mineradora em Minas Gerais e o crescimento da população e da urbanização, aquela atividade exercida principalmente por mulheres negras, escravas e forras, ganhou cada vez mais relevância e visibilidade nas vilas e cidades.

Do mesmo modo, como importante porto de exportação, Salvador apresentou um crescente processo de urbanização no século XIX.¹ São Paulo, ao longo do século XIX, passou por grande crescimento econômico e populacional, reflexo de uma economia de

¹ Salvador nesse período já era uma cidade bem desenvolvida “com ruas pavimentadas, casas comerciais de grande porte, algumas manufaturas, instituições de crédito, rede de esgoto (ainda que precária), encanamento de água em certos locais”. (SOARES, 1996, p. 67).

exportação, inicialmente do açúcar, depois do café. A riqueza, contudo, ficou nas mãos de poucos. (DIAS, 1984, p.15)

O Rio de Janeiro Joanino assistiu grandes mudanças com a presença da Corte. Não sendo mais uma colônia, havia o empenho em “civilizar” a população. No entanto, existia um fator que, ao mesmo tempo em que limitava o modelo de cidade burguesa, era conveniente para a sociedade e para a economia colonial: a escravidão.

A presença da população “não civilizada”, contrastava com o eufemismo da cidade de boa aparência, de um lugar seguro, já que por ela circulavam sujeitos tidos como “bárbaros ou selvagens”. Diante de um discurso que exaltava o embranquecimento e a civilização, a população negra era vista como indesejada pela elite branca. Contraditoriamente, escravidão se estendeu no Brasil até o final do século XIX.

O crescimento da população nas cidades mais importantes demandava um regular abastecimento de alimentos. Nessa função imprescindível, destacaram-se as mulheres pobres, geralmente negras e mulatas, livres ou libertas. E havia as “negras ganhadeiras” ou de “ganho”, escravizadas, que também participavam das atividades do pequeno comércio, proporcionando lucros para seus senhores ou senhoras.²

As mulheres negras mostraram sua resistência superando as dificuldades diárias através do trabalho. Figueiredo (1993) analisou o pequeno comércio de gêneros básicos em Minas Gerais exercido pelas “vendedoras” e “negras de tabuleiro”. A partir de seus estudos compreendemos melhor a situação das mulheres negras na sociedade mineira setecentista, mulheres que tiveram também uma participação significativa nos espaços urbanos do Brasil colonial e imperial. Embora o abastecimento de alimentos fosse necessário, era comum as autoridades municipais acusarem as quitadeiras pela desordem social, impondo a elas várias restrições. Mesmo diante dessas proibições, aquelas mulheres continuaram suas vendas pelas ruas lutando pela subsistência, quase sempre, transgredindo as normas e escapando dos fiscais municipais.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX as câmaras municipais buscaram organizar a vida nas cidades e, principalmente, civilizar a população. As negras de tabuleiro, aos olhos dos órgãos fiscalizadores e da classe dominante mineira, representavam grande perigo porque incitariam revoltas e fugas de escravos. (FIGUEIREDO, 1993, p. 67).

A economia de Minas Gerais no século XVIII era propícia para as mulheres “empreendedoras” e possibilita compreender sua participação enquanto protagonistas ativas naquele contexto. Os locais de extração de ouro contavam com as chamadas negras de tabuleiro, vendendo “quitutes”, “aguardente da terra” e preocupando as autoridades e a elite colonial. A venda desses produtos nas lavras era vista como prejudicial pelos proprietários de cativos que ali trabalhavam porque parte do ouro extraído era desviado para comprar produtos comercializados por aquelas mulheres. Conforme demonstra Figueiredo

2 Na atividade do comércio as mulheres negras eram figuras predominantes, prestando também serviços como amas de leite, lavadeiras, engomadeiras, costureiras, cozinheiras, entres outros. (SILVA, 1993, p. 43).

(1993), o governador Antônio de Albuquerque, através do bando³ de 1º de dezembro de 1710, proibiu:

De irem mulheres com tabuleiros às lavras do ouro com pastéis, bolos, doces, mel, aguardente e mais bebidas, que algumas pessoas mandam às ditas lavras e sítios em que se tira ouro dando ocasião a este se desencaminhar de seus senhores e ir dar às mãos que não pagam quintos a Sua Majestade (...). (FIGUEIREDO, 1993, p. 61)

Em Minas Gerais, ainda no século XVIII, o temor despertado pelas quitandeiras motivou medidas repressivas do governo local, chegando a proibir o trabalho das negras de tabuleiro. Tal medida acabou dificultando o abastecimento alimentício dos trabalhadores das lavras e mesmo das vilas e cidades.⁴

Desde o início da colônia o pequeno comércio ocupava as poucas áreas urbanas, porém, durante o século XVIII a fiscalização por parte dos almotacés⁵ e do Estado se tornou mais contundente. A atividade de venda era composta por homens e mulheres, mas diversos estudos demonstram que se tornou uma atividade majoritariamente feminina. No entanto, as mulheres de cor não tiveram que enfrentar somente as proibições das autoridades, mas também disputar espaço com mulheres brancas pobres.

A partir dos estudos de Figueiredo (1993) podemos ter acesso a legislações que caracterizavam o pequeno comércio urbano como essencial, algo quase que exclusivamente exercido por mulheres. A legislação priorizava a concessão de licenças para “viúvas honestas com filhas donzelas”, uma vez que, diante das dificuldades de ganhar seu sustento, a atividade do pequeno comércio de quitandas e viveres era tida como um meio de vida honesto para as mulheres pobres. (FIGUEIREDO; MAGALDI, 1985). Isso evidencia que as mulheres portuguesas e brancas pobres também trabalhavam pelas ruas, e eram, ainda que precariamente, protegidas por leis paternalistas. Contudo, na colônia, segundo Russel-Wood, a atividade do pequeno comércio era qualificada como trabalho de mulher negra:

O papel da mulher branca na economia colonial contrastava marcadamente com o da mulher negra, tanto escrava quanto livre [...]. O caráter repetitivo da legislação local, proibindo venda de bebidas e gêneros comestíveis em áreas de mineração, é testemunho suficiente da extensão de semelhantes atividades. Livres e escravas, mulheres de cor, em seu próprio benefício ou trabalhando para seu proprietário ou proprietária, com êxito dominaram o mercado negro de gêneros comestíveis, frutas e aves. Como proprietárias de lojas, tavernas e prostíbulos, desempenhavam um papel vital na vida da comunidade... (RUSSEL-WOOD, apud FIGUEIREDO, 1993, p. 38)

Para Maria Odila, “a expressão ‘quitandeira’, nos documentos oficiais (em São

3 Os bandos eram ordens e instruções de comando emanadas pelo governo colonial e pelas câmaras municipais.

4 No bando de 1º de março de 1736, dirigido à Vila do Carmo, Gomes Freire de Andrade se voltava contra as negras de tabuleiro que vendiam nas áreas de mineração, designando o abastecimento alimentício dos trabalhadores das lavras para os roceiros e lavradores ‘de passagem’. (FIGUEIREDO, 1993, p. 65).

5 Almotacé ou Almotacel, nome dado ao fiscal da câmara municipal no período colonial que fiscalizava, entre outras coisas, o comércio e a qualidade dos alimentos.

Paulo), era imprecisa quanto a conotação social, pois como tal, aparecia senhoras, escravas e negras forras”. (DIAS, 1995, p. 77). Isso indica que, se em Minas Gerais o pequeno comércio foi dominado pelas mulheres negras, em São Paulo havia uma frequente disputa por espaço e freguesia, já que havia uma coexistência entre escravas de ganho, forras e brancas pobres no comércio ambulante.

As quitadeiras eram as principais fornecedoras de alimentos nas cidades e vilas brasileiras e, devido à sua mobilidade pelas ruas, o cotidiano de trabalho daquelas mulheres negras, na maioria, não se resumia a um papel de submissão. De forma criativa e inteligente, elas usavam sua livre circulação pelos espaços para construir relações e afinidades que permitiam negociar seus produtos e gozar de sua liberdade, mesmo que, por vezes, fosse bastante limitada.

O trabalho das quitadeiras envolvia ganhos e benefícios, mas trazia consigo inúmeras tensões. Tanto entre si mesmas disputando pontos de venda e fregueses, como enfrentando a fiscalização das câmaras municipais, os julgamentos moralistas das irmandades religiosas e a classe dominante em geral. Contudo, as mulheres negras criavam estratégias para manter o funcionamento de seu comércio e exercer seu direito de vender, mesmo que para isso, transgredissem as normas.

A livre circulação das quitadeiras pelas cidades era a forma mais eficaz do bom resultado nas vendas, no entanto, as autoridades coloniais sempre editavam medidas repressivas visando controlar o pequeno comércio, tentando impor pontos fixos para as vendas. Além disso, enfrentavam tabelamentos de preços, definição de horários de trabalho, do tipo de gêneros a serem comercializados, averiguação de pesos e medidas e cobrança de impostos. (DIAS, 1984, p. 163-169; FIGUEIREDO, 1996, p. 45-60).

Em São Paulo, ocorreu um grande crescimento das mulheres negras envolvidas com o pequeno comércio, uma atividade que não necessitava de muito investimento, além de muitas venderem gêneros produzidos por elas mesmas, como verduras e hortaliças. Maria Odila afirma que muitas mulheres vendeiras eram associadas a “assaltos de escravos contra as casinhas⁶ e o desvio de roças e gêneros alimentícios”. (DIAS, 1995, p. 165)

Apesar da importância do trabalho das quitadeiras negras para o abastecimento urbano com alimentos diversos, elas eram constantemente denunciadas por taverneiros e donos de armazéns que nelas viam forte concorrência. Pudera, vendiam mais barato e paravam na porta do freguês. Assim, tais comerciantes mais abastados, uniam-se às autoridades locais para tolher a liberdade comercial daquelas mulheres. Uma das denúncias mais comuns era a falta de licença da câmara municipal para exercer livremente sua atividade. Ao se pouparem de tal tributo, podiam vender a preços mais acessíveis. “O abastecimento e a circulação de gêneros alimentícios entre os consumidores mais pobres era quase todo de contrabando: não se declarava de onde nem como vieram”. (DIAS, 1984, p. 76)

6 As “casinhas” eram pequenos mercados onde se vendiam gêneros alimentícios.

Sucediam-se denúncias contra escravas que atravessavam peixes pelas estradas ou toucinho fora das casinhas. Além disso, eram constantemente visadas pelos fiscais dos juízes almotacéis, que vinham averiguar seus pesos e medidas, e se a quitanda estava bem varrida e limpa; também eram multadas por não estarem apregoando devidamente, por terem baetas ou mantos escuros escondendo os rostos, por lançarem lixo da casa em locais proibidos, por estenderem indevidamente as roupas nas guardas das pontes. (DIAS, 1984, p. 145).

Para que cumprissem as posturas municipais editais eram lidos em voz alta e fixados pelas ruas lembrando as quitandeiras de respeitar os pesos e medidas e manter a limpeza das quitandas. Maria Odila informa, a partir de edital da câmara municipal de São Paulo no século XVIII: “Não venderão ovos por menos de três vinténs e as laranjas e bananas não se venderão sem almotazar e não atravessem para revender na quitanda, fumo, aves e ovos...” (DIAS, 1984, p. 82).

Vender muito barato era proibido pela câmara, pois implicava em forte concorrência com os donos de armazéns. Contudo, beneficiava a população mais pobre. Em uma realidade marcada pela violência das relações escravistas, as leis e decretos não tinham apenas um caráter regulatório. Segundo Figueiredo, “o temor diante de rebeliões individuais ou coletivas da massa escrava e a ação das negras de tabuleiro junto a elas”, faziam com que as autoridades coloniais estabelecessem medidas punitivas para a negras, como no caso do bando de 11 de setembro de 1729 que “previa a apreensão do tabuleiro, o pagamento de vinte oitavas de ouro e estabelecia cem açoites em praça pública e três meses de cárcere”. (FIGUEIREDO, 1993, p. 67).

Mesmo nesse ambiente adverso que as colocavam sob constante vigilância, as quitandeiras eram habilidosas ao negociarem sua presença nas cidades, afinal, o comércio que praticavam ajudava a alimentar as populações urbanas. E ninguém, melhor do que elas, cuidava tão bem desse assunto. As quitandeiras marcavam presença nos espaços públicos, sempre enfrentando dificuldades, especialmente quando trabalhavam sem almotazar (pagar impostos) seus produtos. Contudo, chegava o dia em que, se deparavam com a fiscalização. Nesse momento, as opções eram duas: pagar a multa ou ter a mercadoria apreendida. Figueiredo (1993, p. 70)

Outra atividade, várias vezes associada ao pequeno comércio ambulante, comum nas vendas e tavernas das vilas e cidades era o meretrício. Muitas quitandeiras lançavam mão dessa prática para complementar sua renda, nem sempre suficiente para seu sustento. Se algumas praticavam o meretrício de forma regular, outras o faziam ocasionalmente. O tabuleiro e as vendas pelas ruas facilitavam camuflar as atividades de prostituição. O pequeno comércio de alimentos, associado ou não à prostituição, em vários casos, permitiam àquelas mulheres acumular um pecúlio para realizar o sonho de comprar a liberdade.

Se o abastecimento da população era indispensável e fazia parte de uma economia

mais ampla, o pequeno comércio de alimentos associado ao meretrício era visto como um perigo social, pela exposição das mulheres a “atos torpes e desonestos”. Ocorria que nas famílias mais pobres era comum os/as chefes permitirem a prostituição das mulheres jovens, para contribuir no sustento da casa. Figueiredo (2018, p. 163).

Com a justificativa da imoralidade e do pecado, Estado e Igreja acoassavam aquelas mulheres diariamente. Pela legislação que podia prendê-las e multá-las, e pelos padres que prestavam assistência espiritual condenando as condutas morais da população. As mulheres negras viviam um cotidiano de abusos na sociedade escravista. Enfrentavam violência física, de gênero, eram usadas para procriação, tinham seus corpos objetificados, erotizados e explorados, tudo em favor de um poder que controlava seus rendimentos e movimentos. Naquele cenário, a função social e econômica da mulher negra era: trabalhar e produzir, dinheiro e futuros explorado/as. (FIGUEIREDO, 1993, p. 106)

As quitadeiras ocupavam uma baixa posição na hierarquia social. A maioria não era branca e o fato de serem mulheres, as desabonavam ainda mais num período racista e patriarcal. Elas faziam parte do mais invisível grupo social, ainda assim, mesmo exercendo sua humilde atividade comercial, aquelas mulheres pobres transformavam e davam vida às cidades. A desclassificação social, nos argumentos de Maria Odila, “provinha de valores machistas, misóginos, entranhados no sistema escravista e moldados no menosprezo do trabalho e de qualquer ofício de subsistência”. (DIAS, 1984, p. 16).

A história da mulher negra, em especial dos grupos aqui abordados, as vendeiras de modo geral, é fascinante e intensa. Embora, nos processos de urbanização das cidades e vilas coloniais e imperiais elas tenham se destacado mais pela pobreza e pela rebeldia, tiveram, sim, uma importante participação social. Conforme Graham, não existe uma única história que descreva a vida e a atuação dessas mulheres que viveram no período escravista. São algumas histórias atípicas “que nos permite vislumbrar negras específicas em situações distintas”. (GRAHAM, 2012, p. 134).

3 | ESCRAVAS GANHADEIRAS: ENTRE A LIBERDADE E A ALFORRIA

Na Salvador do oitocentos havia muitos vendedores ambulantes apregoando uma grande variedade de gêneros alimentícios. Ao lado deles, trabalhavam pelas ruas da cidade alta e da cidade baixa, as “negras ganhadeiras”, conhecidas como também como “escravas de ganho”. Do que vendiam, entregavam boa parte para seu senhor ou senhora. Importante lembrar que havia também ganhadeiras forras e livres. Nesse caso, o fruto de seu trabalho pertencia somente a elas. Aquelas mulheres eram especialistas da comida com sabores e aromas da África, mesclada, adaptada e fundida com ingredientes do Brasil e de terras longínquas da Ásia, como o coco, aclimatado na terra - “suas iguarias de diversas qualidades: mocotós, carurus, vatapás, mingau, pamonha, canjica, açaçá, acarajé, bobó, arroz de coco, feijão de coco, angu, pão de ló de arroz, roletes de cana e outras infinidades

de doces”. (SOARES, 1996, p. 63).

Soares afirma que as negras ganhadeiras se apropriavam dos espaços urbanos com seus tabuleiros sobre a cabeça, deixando fascínio por onde passavam, pela habilidade no equilíbrio de suas cestas, por seus trajes coloridos e a habilidade em atrair e conquistar freguesia. Conforme anúncio no jornal *Correio Mercantil* (Salvador, 1840) “José da Costa compra uma crioula ou mulata da Costa 20/30 anos, para andar vendendo fazenda na rua, que seja corpulenta e bem ladina para este fim”. (SOARES, 1996, p. 61). José da Costa buscava garantir uma renda para si ao comprar uma escrava para colocá-la no ganho. E para tanto, preferia uma jovem “ladina”, ou seja, competente na arte comercial e que dominasse o português. (SOARES, 1996, p. 61)

A mobilidade das ganhadeiras no quadro urbano soteropolitano era necessária para bem realizar sua atividade comercial. Seus costumes, organização, hábitos alimentares e conhecimentos culinários, se entrelaçaram com o abastecimento da cidade, de forma que praticamente monopolizaram o comércio alimentício de rua, segundo Vilhena.⁷ Elas não trabalhavam apenas com alimentos de fácil conservação como doces e compotas. Se envolviam na distribuição e comércio a retalho de peixes, carnes, miúdos, frutas e verduras. (SOARES, 1996 p. 61).

Para além da condição de escravas de ganho, o comércio de alimentos, prontos ou *in natura*, representava para aquelas mulheres uma conexão com sua origem africana. Afinal, a cultura do comércio feminino de alimentos nas ruas e feiras era comum em diversas regiões da África de onde procediam, elas mesmas ou suas antecessoras. No Brasil adaptaram produtos locais às antigas receitas africanas. “Muitas ganhadeiras africanas eram provenientes da Costa Ocidental da África, onde o pequeno comércio era tarefa essencialmente feminina, garantindo às mulheres papéis econômicos importantes”. (SOARES, 1996, p. 60).

A atividade do ganho, se bem-sucedida, garantia o sustento da escravizada e de seus dependentes. O pequeno negócio era uma possibilidade de se ver livre dos seus senhores, pois a atividade do ganho permitia transitar livremente e, muitas vezes, viver longe do senhor e de seu controle. O “ganho”, uma atividade eminentemente urbana, possibilitava acumular um pecúlio para a compra da alforria.

Maria Odila verificou que a maioria de negras de tabuleiro em São Paulo conseguiu a alforria. Isso demonstra que, mesmo exercendo papéis subalternos, reflexo da sociedade hierárquica e excludente em que estavam inseridas, e desempenhando atividades de baixa qualificação, alcançar a liberdade não se relacionava somente a condescendência do senhor, mas também, a uma conquista da escravizada, de sua luta e trabalho cotidianos. Isso significa que, “alforriar-se, contribuiu para torná-las uma figura simbólica das formas de transição para o trabalho livre”. (DIAS, 1985, p. 93).

As mulheres escravizadas de ganho geravam um lucro considerável para seu

⁷ Luiz dos Santos Vilhena, autor de: *A Bahia no século XVIII e Notícias soteropolitanas e brasílicas*.

proprietário ou proprietária. Como informa Soares (1996, p. 58), os senhores recuperavam em três anos o valor pago por elas. Ou seja, era um bom “investimento”, com retorno certo, pois elas trabalhavam muito e boa parte do que obtinham ficava com seus senhores. As ganhadeiras forras e livres enfrentavam a concorrência das escravizadas.

Acerca da alforria, é importante refletir sobre algumas abordagens mencionadas por Silva (1993) quanto ao imaginário difundido sobre o tema. Por muito tempo, se divulgou e se fez crer, que a alforria era concedida pelo senhor ou senhora benevolentes, como um prêmio para escravos e escravas obedientes e fiéis. Enquanto os escravizados rebeldes estavam destinados à eterna escravidão. Assim, como outras questões envolvendo a escravidão, a alforria também era vista por dois lados extremos: submissão ou indisciplina. (SILVA, 1993, p. 41).

Contudo, de acordo com a proposta desse estudo, divergindo dessas concepções paternalistas, buscamos superar essa visão dicotômica para apreender como as ações afirmativas de luta e resistência, permeavam as estratégias para explorar as possibilidades que apresentavam no cotidiano.

Conforme Silva (1993), existe uma significativa diferença entre alforria e liberdade. Para a autora, a liberdade era uma experiência construída a partir da condição da própria vivência do escravizado (a) e o negociado entre senhor e escravizado, diante do que era possível. Enquanto a alforria era o documento jurídico sob o qual o escravizado era considerado liberto. (SILVA, 1993, p. 42).

O espaço urbano permitiu que a mulher trabalhadora, escravizada ou livre, pudesse demarcar sua participação naquele ambiente. Fosse por necessidade ou escolha, era uma alternativa para adquirir sua independência de alguma forma. No caso das escravas de ganho, elas trabalhavam e moravam nas cidades, aprendendo enquanto percorriam as ruas e becos, a conhecer e a se adaptar aos lugares que as favoreciam, buscando aumentar suas oportunidades de liberdade. Dias (1985) afirma que as escravas de ganho, quando alugadas, permaneciam muito tempo na rua para escapar à vigilância sobre seus afazeres. Além disso, aprendiam a conhecer cada canto da cidade e usavam esse conhecimento para aumentar suas relações sociais e comerciais, facilitando suas estratégias para formar o pecúlio e realizar o sonho da liberdade comprada: a alforria.

O espaço urbano e suas possibilidades de trabalho para as negras vendeiras foi determinante para tornar a compra da alforria um acontecimento de aspecto feminino nas cidades brasileiras do século XIX. (DIAS, 2018, p. 376). A alforria se tornava possível especialmente pela atividade do ganho. Entretanto, amealhar o pecúlio era algo difícil, sobretudo diante dos pagamentos exigidos pelos senhores.

A vida das escravas de ganho não era fácil. Era necessária muita resistência e persistência para poupar o suficiente e conquistar a alforria. Mesmo para as que conseguiam se tornar libertas, isso não significava maiores facilidades. Sua luta pela sobrevivência continuava em uma sociedade escravista e racista. Dias afirma que:

As forras enfrentavam inúmeros preconceitos, eram acusadas de “levar vida airada”, de não ter moral. Eram constantemente abordadas pelas autoridades como se fossem escravas fugidas e algumas chegavam a ser presas várias vezes, amargando processos judiciais para comprovar o seu *status* de liberta. Muitas chegaram mesmo a ser raptadas, reescravizadas e revendidas como escravas. (DIAS, 2018, p. 377-378)

O pecúlio, aliado à possibilidade da alforria, era uma estratégia usada pelos proprietários como forma de disciplinar o trabalho dos cativos, uma maneira de vigilância indireta. (Dias, 1984). Assim, compreendemos que a promessa da alforria, que significava a porta de entrada para o mundo dos livres, serviu aos senhores como uma forma velada de controlar escravos e escravas.

Art. 49. O pecúlio do escravo será deixado em mão do senhor ou do possuidor, se este o consentir, salva a hipótese do art. 53, vencendo o juro de 6% ao ano; e outrossim poderá, com prévia autorização do juízo de órfãos, ser recolhido pelo mesmo senhor ou possuidor às estações fiscais, ou a alguma caixa econômica ou banco de depósitos, que inspire suficiente confiança. (Coleção de Leis do Império do Brasil apud MOTTA; LOPES, 2015, p. 23)⁸

A lei 2040, pelo Decreto n. 5135, datada de 13 de novembro de 1872, permite observar o reconhecimento da existência do pecúlio acumulado pelos escravizados.⁹ Contudo, fica evidente a necessidade de aceitação do senhor diante dessa “poupança”. Por outro lado, com as despesas diárias com sua própria subsistência e de seus dependentes, aluguel (para aqueles que não moravam com o senhor) e o pagamento dos jornais devidos ao senhor/a, nem sempre era possível ao escravizado (a) poupar o valor suficiente para a compra da alforria.

Certamente, ainda que diante dos obstáculos para a alforria se concretizar, há questões positivas em relação à caixa econômica ou banco de depósito, como as levantadas por Keila Grinberg: era “mais seguro que guardar o dinheiro em casa; mais seguro que deixar o dinheiro com o senhor, que podia simplesmente um dia dizer que nunca havia recebido nada, ou o senhor podia morrer e os herdeiros não reconhecerem a existência do acordo”. (GRINBERG, 2011, p. 149 apud MOTTA; LOPES, 2015, p. 24).

Do que conseguiam ganhar em suas atividades no pequeno comércio, as escravas de ganho eram obrigadas entregar uma determinada quantia em dinheiro definida pelos senhores em dias pré-fixados. Com o dinheiro recebido dos escravos de ganho ou do aluguel dos mesmos, muitos senhores garantiam o seu sustento e de sua família, além de seu ócio. (SOARES, 1993, p. 58).

Um aspecto importante a destacar é a “honesta subsistência” das proprietárias de escravizadas em São Paulo no século XIX. Em seu estudo, Maria Odila aponta que

8 Ver em MOTTA, José Flávio; LOPES, Luciana Suarez. O Pecúlio dos escravos: concessão ou conquista? **Economia e História**. 2015, p. 22-25. Disponível em: <<https://www.fipe.org.br/Content/downloads/publicacoes/bif/2015/22-28-cron.pdf>>. Acesso em: 10 de Ago. 2021.

9 Desde 1871, com a Lei do Ventre Livre, já era facultado aos escravizados o direito de acumular pecúlio. (SOARES, 1996, p. 57).

muitas mulheres sós viviam do pagamento dos jornais ou do aluguel dos serviços de suas escravas de ganho.¹⁰ Porém, esse aspecto era algo próprio de pequenas (os) proprietárias (os) pobres, diferente do que acontecia com a elite da sociedade. (DIAS, 1985, p. 96).

As escravas de ganho que apreçoavam grande variedade de mercadorias pelas ruas, eram escolhidas entre os “escravos mais espertos e de melhor aparência, de ambos os sexos”. Esse “marketing” visual e a capacitação para o comércio melhoravam as vendas, garantindo o jornal dos senhores e, quem sabe, o pecúlio das ganhadeiras. Elas circulavam pelas ruas das cidades e se fixavam em pontos estratégicos como cruzamentos e praças. Ou trabalhavam de forma itinerante, anunciando a qualidade dos seus produtos atraindo possíveis compradores com altos e sonoros pregões. (SOARES, 1996, p. 60).

Geralmente as escravas alugadas eram designadas para serviços domésticos. A partir deles, eram qualificadas para outras atividades. Como informa Dias (1984), as escravas preferidas para se ocuparem do ganho eram aquelas oriundas do Daomé, Nigéria, Senegal e Congo. Lugares em que as mulheres se ocupavam tradicionalmente no comércio a retalho de alimentos e outras mercadorias.

Como acontecia com as vendeiras livres e libertas, algumas medidas e proibições das câmaras municipais se estendiam às escravas de ganho. Esse controle sobre a circulação das vendeiras ambulantes,

Desvendam os pontos de encontro e de circulação dos escravos e lançam luz sobre a organização clandestina de um pequeno comércio entre eles. Estas trocas de vinténs, acrescentavam-se às demais formas de comércio de rua, principalmente à noite, depois das oito horas e incluíam artigos como aguardente, fumo, arruda, ervas mágicas, frangos, punhais, velas, cachimbos e estatuetas de barro. (DIAS, 1985, p. 102).

O procedimento para comercializar qualquer tipo de gênero na qualidade de ambulantes era o mesmo para libertas e escravizadas. Esse comércio era possível de forma legal com o pagamento de licença às Câmaras Municipais. No caso das cativas o pagamento das licenças era responsabilidade do senhor, da mesma forma que o pagamento das eventuais multas. A fiscalização do comércio de rua e a cobrança das licenças e multas, segundo Luiz Mott, funcionava como proteção para consumidores e pequenos comerciantes. Na prática, era um recurso das Câmaras para aumentar sua arrecadação, uma vez que, o comércio ambulante empregava um grande número de pessoas. Mas, era comum existir também, um grande número de vendedoras e vendedores ambulantes que trabalhavam pelas ruas sem pagar licença à câmara. (MOTT apud SOARES, 1996, p. 66).

Essas informações aqui reunidas, a partir de diferentes produções historiográficas, possibilitam compreender, mesmo que em parte, a participação da mulher negra escravizada e liberta no cotidiano colonial e imperial. Tais mulheres, mesmo nas condições desfavoráveis

10 As atividades realizadas no pequeno comércio não se limitavam apenas às vendas de gêneros alimentícios. As negras ganhadeiras podiam ser lavadeiras, fiandeiras, costureiras, cozinheira, entre outras atividades. Afirma Dias, que os estudos sobre o valor dos jornais indicam que o ofício de vendedora ambulante era, talvez, o melhor pago entre várias atividades urbanas. (DIAS, 1984, p. 131).

da sociedade escravista, se constituíram em agentes ativas de sua própria história a partir de seu trabalho, luta e resistência. Ao abastecerem as cidades com diferentes gêneros alimentícios em seus tabuleiros, cestas e panelas, muitas delas conseguiram realizar o sonho de alcançar sua alforria após anos de trabalho diário e muita poupança.

Mulheres circulando livremente pelas ruas e recônditos da cidade, por vezes, representavam mais que doces e quitutes. Para autoridades coloniais como o Conde de Assumar, elas representavam grande perigo. Assumar acusou as escravas e negras forras de tabuleiro como importantes elos na conspiração da Revolta de Filipe dos Santos, ocorrida em Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto em 1720. Para o desconfiado governador das Minas, elas levavam e traziam recados e informações aos revoltosos. Isso evidencia que tais mulheres do pequeno comércio ambulante, além de resistirem ao cativeiro com ações individuais cotidianas, elas também defendiam seus interesses de forma coletiva por meio de fugas, ajuda aos quilombos e até mesmo participando de revoltas. (DIAS, 1985, p. 104)

A relação das escravizadas com a dinâmica do trabalho, lutando por melhores condições de vida ou pela própria liberdade, representa o percurso de mulheres que, mesmo tantas vezes silenciadas pelas fontes, buscaram ter autonomia em suas ações e viver por si mesmas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres negras, mestiças, escravizadas e libertas, usaram a seu favor os estreitos espaços que as permitiam enfrentar a exclusão e a desigualdade. No período deste estudo, a sociedade era hierarquizada, entre outras variáveis, por gênero e por cor. Isso impunha às “mulheres não brancas” dificuldades diárias, sendo vítimas constantes da exploração física, sexual e de seu trabalho. Porém, resistiram com força, perspicácia e determinação.

Eram mulheres que participavam ativamente da vida das vilas e cidades. Protagonizaram episódios em que puderam explorar com inteligência e sagacidade, as oportunidades que se apresentavam para buscar sua própria liberdade ou de pessoas próximas. Representaram papéis que foram além daqueles de meras vítimas, resistindo enquanto trabalhavam pelas ruas, conquistando espaços e, quase sempre, seguidas de perto pelas autoridades municipais.

Conforme Figueiredo (1993), ficou evidente que, mesmo com severas proibições e restrições estabelecidas pelas autoridades coloniais, as tentativas de afastar as mulheres negras das atividades comerciais ambulantes não foram bem-sucedidas. Elas eram insistentes e impertinentes, pois dependiam de seu trabalho para ganhar seu sustento. Nas ruas e becos, elas persistiam, resistiam e se ajudavam.

As rebeldias cotidianas daquelas mulheres se desdobraram em diferentes

estratégias de luta. Até mesmo envolvendo ações ilícitas, desobedecendo e transgredindo normas sociais, leis, bandos e posturas municipais, buscando autonomia e independência, mesmo que, por vezes, sua liberdade tivesse limites.

REFERÊNCIAS

DIAS, Maria Odila L. S. Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 15, n. Especial, p. 89-100, 1985.

DIAS, Maria Odila L. S. Resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 360-381.

DIAS, Maria Odila L. S.; **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras - riqueza e estigma social. **Tempo**. 2000, p. 65-92.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 141- 188

FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF, Edunb, 1993.

FIGUEIREDO, Luciano. Três pretas virando o jogo em Minas Gerais no século XVIII. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.) **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 35-51.

FIGUEIREDO, Luciano; MAGALDI, Ana Maria B. de Mello. Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial. **Cadernos de Pesquisa**, n. 54, 1985. p. 50-61

GOMES, Flávio dos S.; SOARES, Carlos E. L. Dizem as quitandeiras: ocupações urbanas e identidades étnicas numa cidade escravista. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2002. p. 3-16.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Uma certa Liberdade. In XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.) **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 134-148.

GRINBERG, Keila. A poupança: alternativas para a compra da alforria no Brasil (2º metade do século XIX). **Revista de Índias**, v. 71, n. 251, 2011, p. 137-158.

RUSSEL-WOOD, J. R. Women and society in colonial Brazil. **Journal of Latin America Studies**, vol. 9, 1977. P.27.

MOTTA, José Flávio; LOPES, Luciana Suarez. O pecúlio dos escravos: concessão ou conquista? **Economia e História**. 2015, p. 22-25.

MOTT, Luiz R. B. Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. **Revista de História**, v. 53, n. 105, p. 81-106, 1976.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.) **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 297-313.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PIRES, Clarissa. Construindo liberdade: lutas antiescravistas e abolicionistas por mulheres negras no Brasil do século XIX. **Revista Eletrônica em Reflexão**, v. 14, n. 28, p.141-163, 2020.

POPINIGIS, Fabiane. Mulheres africanas e o pequeno comércio em Desterro, século XIX. **Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, p. 1-13, 2013.

SILVA, Lucia H. O. **As estratégias de sedução**: mulheres escravas apre(e)ndendo a liberdade (1850-1888). Dissertação de Mestrado em Educação - Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1993, p. 1-117.

SILVA, Maria da P. Mulheres negras: sua participação histórica na sociedade escravista. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v.1, n.1, 2010. p. 1-8.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**, 1996. p. 57-71.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.) **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aclamação 1, 3, 5, 6, 7, 8

Adventícios 1, 5, 6, 7, 8

América 1, 3, 9, 10, 28, 30, 34, 40, 61, 62, 63, 64, 68, 69

Autoridade 3, 4, 5, 6, 8

B

Brasil 4, 9, 10, 11, 12, 14, 18, 19, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 48, 49, 50, 52, 53, 59, 62, 64, 65, 69, 70, 71

C

Colônia 14, 15, 28, 29, 31, 33, 35, 36, 37, 40, 41, 42

Colonial 1, 3, 9, 14, 15, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 38, 39, 40, 41, 42

Comércio 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 64, 65

Comunicação 43, 53, 54, 55, 58, 59

D

Degredados 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 39, 40, 41, 42

Degredo 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42

E

Escravas 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25

Espécies 61, 62, 63, 67, 68, 69

F

Forasteiros 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9

G

Governador 1, 5, 6, 7, 8, 9, 15, 23, 64

Grupo social 18, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 58

Guerra dos Emboabas 1, 3, 9, 10

H

História 9, 12, 18, 21, 23, 24, 25, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 65, 69, 71, 72

I

Identidade 41, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 58

Império 1, 3, 9, 21, 26, 27, 29, 37, 38, 40, 41, 42

Informação 33, 47, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 65

M

Memória institucional 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60

Mulheres 11, 23, 24, 25, 34

N

Naturalista 61, 62, 64, 65, 67, 69

Natureza 12, 49, 51, 61, 62, 68, 69, 71

Negras 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25

O

Ordenações 26, 27, 28, 29, 30, 37, 38, 42

Organização 19, 22, 31, 43, 45, 46, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 64

P

Paisagem 61, 66, 68, 70

Patrimônio cultural 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 60

Patrimônio histórico 43, 45, 48, 49, 50, 56, 57, 58, 59, 60

Paulistas 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Pequeno 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25

Plantas 61, 62, 63, 65, 66, 68, 70

Poder 1, 2, 3, 6, 7, 8, 18, 24, 35, 36, 37, 52, 53, 55, 64

Portugal 1, 3, 7, 9, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40

Punição 26, 27, 28, 30, 32, 34, 36, 37, 38, 40, 41, 42

R

Romeiro 3, 6, 7, 8, 9, 10

S

Social 1, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 24, 26, 28, 30, 31, 34, 37, 39, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 59, 68, 70

Sociedade 9, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 31, 34, 36, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 57, 58, 59, 66, 68

T

Trabalho 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 39, 43, 45, 51, 52, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 67, 68

V

Viagem 34, 39, 61, 62, 63, 65, 68, 69, 70





Viajantes 40, 41, 61, 62, 67, 68, 70

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

História:

Tempo & Argumento 2


Ano 2022

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

História:

Tempo & Argumento 2


Ano 2022